

GESTÃO DA PETROBRÁS APRESENTA **3ª CONTRAPROPOSTA**

Após pressão, os representantes da alta cúpula da Petrobrás apresentaram a 3ª contraproposta à categoria no dia 14 de novembro. Além do rebaixamento de salários, com reajuste pelo IPCA (índice de inflação mais baixo) e os míseros 1% de aumento real, a proposta ainda apresenta muitos ataques embutidos e ignora o pleito da categoria. O Sindipetro-LP, com os sindicatos que compõem a FNP, busca melhorias também no que já é pactuado.

O custeio da AMS 60 x 40 continua aquém do que está sendo reivindicado. Além da CGPAR 23 ter “caído” é necessário e urgente que o custeio seja reduzido para 70x30. A categoria está tendo dificuldade para manter o convênio. Há anos ativos, aposentados e pensionistas amargam acordos coletivos sem aumento real no salário base e isso afeta diretamente o orçamento familiar de todos.

Por outro lado, é essencial destacar os benefícios significativos obtidos em favor dos aposentados e pensionistas. Uma modificação crucial ocorreu na tabela de grande risco, resultando em uma média de redução de 27% nos custos associados ao grande risco para os aposentados e pensionistas.

Além disso, foi estabelecido um desconto de 2% sobre a remuneração variável, que engloba PLR, abono ou PPP. Esses 2% serão direcionados para amortizar os custos da AMS, em um

valor significativo, o que amortiza os custos para os usuários. Esta medida tem um impacto direto e favorável para os aposentados e pensionistas, representando uma verdadeira mudança na distribuição de renda.

Destaca-se ainda o Programa de Avaliação da Saúde do Aposentado (PASA), um programa que permite consultas e diversos exames clínicos gratuitos no mês de aniversário, com continuidade nos exames sem custo adicional. Esta iniciativa visa proporcionar um cuidado abrangente e acessível aos beneficiários.

No âmbito da AMS, há ainda garantia de postos de atendimento fixos em cidades com maior concentração de aposentados e pensionistas, incluindo Santos, Rio de Janeiro, Aracaju e Salvador que serão contemplados por esse serviço.

Outra medida é a transição do índice de reajuste do plano de saúde de VCMH para o índice do IPCA Saúde, representando uma mudança positiva ao adotar um índice menor do que o VCMH. Isso demonstra um compromisso em buscar alternativas mais vantajosas para os aposentados e pensionistas.

Destaca-se a retomada da discussão da implantação de postos de atendimento da Petros, uma questão que será abordada por meio de um comitê e uma comissão dedicados a encontrar soluções eficazes e sustentáveis. A cláusula condicionante da AMS, que

CGPAR 42 e 49, se caírem de imediato volta proporção 70 x 30, com comissão já confirmada pelo Sest.

A promessa de melhorias na AMS, o limite de desconto de 40% do benefício líquido dos assistidos considerando todos os descontos, inclusive do Benefício Farmácia. Comissão tripartite (federações, Petrobrás e Petros), com prazo de 30 dias, para viabilizar que os descontos da AMS e dos empréstimos da Petros fiquem dentro desse limite de 40%. Na proposta consta também: reabertura de canal e compromisso de melhoria da Rede Credenciada e saldo devedor individual: as dívidas acima de 5 anos serão perdoadas, o que beneficiará 36 mil aposentados e pensionistas.

Visando atividade física e prevenção à saúde, a empresa irá incluir os aposentados no convênio Gympass ou outro aplicativo que dá direito a acesso a várias academias, profissionais de educação física e etc.

Os avanços são muitos, mas sempre podemos mais. Temos certeza de que a companhia tem plenas condições de avançar nos valores oferecidos, colocando na mesa de negociação uma proposta que atenda a pauta reivindicatória da categoria.

Só com lutas há conquistas.

Os petroleiros têm força e tradição de luta.

Quem define qual é a última proposta é a categoria!

DIA 29/11: DAP REALIZA REUNIÃO MENSAL PARA TRATAR DO PETROS 2, AÇÃO DE RMNR E CONTRIBUIÇÃO EXTRA DA AMS

Na próxima reunião mensal do DAP, no dia **29 de novembro**, última quarta-feira do mês, o sindicato trará o advogado Dr. Marcus Coelho para tratar sobre a mudança no regulamento do Plano Petros 2 e a ação de RMNR dos aposentados. Na oportunidade Dr. Coelho irá falar também sobre a contribuição extra da AMS que acontece no mês de novembro. Na subsede, a palestra será por vídeo

conferência. **A reunião do DAP acontece das 14h30 às 16h na sede e na subsede e após o evento, comemoramos com bolo e salgadinho os aniversariantes do mês de novembro e dezembro.**

Para quem não puder participar presencialmente no sindicato, poderá acompanhar a reunião acessando: <https://shre.ink/1Hhj>

ÚLTIMA CHAMADA PARA A FESTA DE FINAL DE ANO: INSCRIÇÃO VAI ATÉ O DIA 1º/12!

FÓRUM EM DEFESA DOS PARTICIPANTES DA PETROS INFORMA SOBRE OS AVANÇOS DO GT / PPE NAS ÚLTIMAS REUNIÕES

O Fórum em Defesa dos Participantes da Petros informa sobre os avanços do GT / PPE - Grupo de Trabalho Petrobras, Petros e Entidades petroleiras e as informações sobre as suas últimas reuniões.

Como é de conhecimento de todos os participantes e assistidos da Petros, as reuniões, do GT/PPE, são todas sextas, às 15 h. Após a nossa 4ª nota, divulgada no dia 05/10/2023 ocorreram duas reuniões.

Para lembrar, em relação às reuniões que ocorrerem antes dessa data, divulgamos os seguintes informes:

1 - Os representantes da Petrobrás apresentaram alguns modelos, de planos, para debate, que teriam a possibilidade de aprovação nas instâncias e órgãos de controle da Petrobrás e da Petros.

2 - Em seguida, informaram que os estudos e cálculos dos valores dos processos jurídicos, referente a uma provável e ampla transação judicial, ainda não estavam concluídos.

3 - O aporte de recursos dessa ampla transação judicial dependerá também da definição da modelagem de um plano de previdência complementar, a ser definida no âmbito do GT.

4 - Desta forma, a conclusão desses estudos são necessários para o avanço das discussões e a conclusão da proposta que poderá eliminar os equacionamen-

tos do PPSP-R e do PPSP-NR.

Em seguida, os representantes da Petrobrás no GT apresentaram a direção da empresa, a proposta de ampla transação judicial e os valores referentes a essa ações.

Os diretores então solicitaram pareceres externos para confirmar os valores e a gestão da Petrobras deu andamento no processo de contratação do referido parecer.

Desta forma, nas duas últimas reuniões realizadas nos dias 20/10/2023 e 27/10/2023, ainda não foram apresentados os valores referentes a essa ampla transação judicial.

Sem esses valores não conseguimos avançar nas discussões do GT. Por esse motivo os representantes da Petrobras solicitaram que a próxima reunião do GT fosse realizada no dia 17/11/2023, ou seja, 03 semanas após a sua última reunião.

Nossos representantes no GT questionaram, de imediato, esse atraso e cobraram celeridade nessa definição interna, na direção da Petrobrás, devido a precária situação financeira dos participantes e, principalmente, dos assistidos.

Apesar disso, os representantes das entidades no Fórum, tem se reunido semanalmente, inclusive de forma presencial, avaliando os prováveis cenários juntamente com as assessorias das entidades do Fórum, na

busca do consenso entre seus representantes.

Também enviamos para a gestão da Petrobrás, no último dia 07/11/2023, uma série de solicitações de informações, das entidades, a serem fornecidas pela direção da Petros e da Petrobrás, visando subsidiar os estudos e debates no Fórum, no sentido de demonstrar a viabilidade do PPSP-R e do PPSP-NR e a redução significativa ou eliminação das contribuições extraordinárias dos seus atuais equacionamentos.

Durante o trabalho do GT identificamos que devido a complexidade da análise e da elaboração da proposta de solução para os atuais equacionamentos, será necessário um prazo maior para a conclusão dos trabalhos do GT.

Sabemos dos graves impactos financeiros decorrente do pagamento dos PEDs e não estamos medindo esforços para avançar na busca de solução.

Entretanto, como já informamos, as discussões são muito complexas e envolvem valores consideráveis.

Além disso é muito importante, também, que sejam elaboradas soluções para reduzir, ao máximo, a possibilidade de novos déficits nesses planos, que sempre são muito difíceis de prever, devido à instabilidade da nossa economia.

Por isso, os representantes das entidades que participam do GT,

ratificam, em todas as suas reuniões, a importância e a necessidade de garantir a segurança e o caráter previdenciário de um plano com as características de um plano de benefício definido - BD.

E que, qualquer proposta elaborada e definida no GT, será levada à categoria petroleira do Sistema Petrobrás para deliberação.

Importante lembrar que, no último ato realizado na frente da sede da Petrobrás, no Edisen, em defesa da Petros e por uma solução para eliminar os equacionamentos no PPSP-R e o PPSP-NR, foram apresentadas muitas informações importantes sobre os trabalhos do GT. Portanto, a nossa organização e unidade será fundamental para o avanço das nossas propostas no GT.

Nesse sentido, vamos definir e realizar uma nova manifestação para demonstrar o compromisso de todos com a solução desse grave problema. Por fim, lembramos, mais uma vez, que a única fonte de informação, sobre os trabalhos do GT, são as entidades que compõem o Fórum em Defesa dos Participantes da Petros e que qualquer outra informação, que não seja divulgada pelos seus dirigentes, não passa de mera especulação, distorção e desinformação (Fake News), com o objetivo de prejudicar o andamento e o resultado dos trabalhos do GT.

FNP COBRA REUNIÃO COM A PREVIC E PEDE QUE CATEGORIA DENUNCIE NA **OUVIDORIA DA PETROS** MUDANÇAS

O Sindipetro-LP havia denunciado que em dezembro de 2022 a Petros havia alterado o regulamento do Petros 2 sem consulta aos participantes e sem consultar aos seus representantes. Dentre as mudanças, evidenciamos um ataque direto aos PPSPs ao tentar remover o inciso VIII do Artigo 48 do Regulamento da Petros, isentando as patrocinadoras de responsabilidades expressas.

Após diálogo com o novo presidente da PREVIC em 2023, o regulamento foi devolvido para ajustes e mais uma vez foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, sem a participação dos participantes e representantes. Nem mesmo os conselheiros eleitos ditos independentes da época, se manifestaram.

Marcus Coelho, advogado do



Sindipetro-LP e da FNP, explica que a preocupação é devida a possibilidade de resgate da integralidade do saldo, inclusive a parte da patrocinadora, e também da possibilidade de parte de resgate quando da opção da aposentadoria. “Não nos foi fornecido nenhum estudo do impacto desses saques em relação aos benefícios, em relação ao patrimônio do plano. Então nós achamos que é necessária a apresentação do estudo completo, a previsibilidade de pessoas que optariam

por essa nova sistemática, para que então a gente possa avaliar se existe um risco iminente ou não em relação a essa alteração que vem sendo proposta”.

Diante de nova manobra da empresa em se eximir de responsabilidades e colocar sobre os trabalhadores maior custo ao plano, a FNP pediu uma nova reunião com a Previc, contra a mudança do regulamento sem a participação dos trabalhadores e assistidos.

Além das negociações em mesa, é preciso que toda categoria se mobilize. Para isso, Adaedson Costa, secretário geral da FNP orienta aos participantes da Petros que procurem os canais de ouvidoria da Petros e cobre que para qualquer mudança no regulamento do Petros 2 passe necessariamente por consulta da categoria. Para cadastrar denúncia junto à Ouvidoria, acesse aqui e mande sua manifestação, ou ligue para (21) 2506-0699, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

“Nós temos que participar de qualquer alteração. As alterações que fizeram é uma modelagem ao Petrus 3. Não assinamos o Petros 3, nós assinamos o Petros 2 e esse que queremos”, conclui Adaedson.

EM NOVEMBRO SERÁ COBRADA CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL ANUAL PARA CUSTEIO DO GRANDE RISCO DA AMS

Conforme estabelecido na cláusula 31, parágrafo 5, do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigente da categoria, no mês de novembro é cobrada contribuição adicional anual para custeio do grande risco da Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS). O valor é o mesmo da contribuição regular.

Segundo a cláusula “a participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio dos procedimentos classificados como de Grande Risco na AMS será efetuada com uma contribuição mensal fixa e uma contribuição adicional, no mesmo valor da paga mensalmente, que será

cobrada sempre no mês de novembro”.

Vale destacar que essa cobrança adicional foi pactuada no ACT 2017-2019 com início em novembro de 2018. Desde o início das tratativas o Sindipetro-LP foi contra e indicou a rejeição desse Acordo Coletivo já que demonstrava ser rebai-

xado, recheado de retrocessos e ataques contra a categoria como é o caso desse adicional. Desde então ela vem sendo praticada.

Essa cobrança adicional será aplicada a todos os beneficiários do convênio, de todas as faixas salariais.

Com informações site AMS

SINDIPETRO-LP PROMOVE TRADICIONAL **FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO**

O mês de dezembro será marcado novamente pela famosa festa de confraternização promovida pela Diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista em comemoração ao 65º aniversário de fundação da entidade e aos 70 anos da criação da Petrobrás.

Como nos anos anteriores, o evento terá churrasco, música ao vivo e bebidas (cerveja, água e refrigerante) e diversão para a garotada.

Na subsede, em São Sebastião, a festa acontece no dia 17 de dezembro (domingo), das 12h às 17h, no Tebar Praia Clube (Praça Almirante Barroso). Os interessados devem se inscrever através do telefone (12) 3892.1484 ou comparecer à subsede, em São Sebastião.

Na sede, em Santos, a festa acontece no dia 16 de dezembro (sábado), das 12h às 20h, na sede do Sindicato localizada à Av. Conselhei-

ro Nébias, 248, Vila Mathias. Os interessados devem entrar em contato através do telefone 3202 1100 ou comparecer à nossa sede para fazer a inscrição. As inscrições estarão abertas até às 17h do dia 1º de dezembro.

Vale destacar que no ato da inscrição será necessário o número da carteirinha de sócio, RG e nome completo dos dependentes e data de aniversário.

Só poderão participar as-

sociados e dependentes regularmente habilitados.

Para os interessados em levar acompanhantes que não sejam sócios serão vendidos convites no valor de R\$ 200 que devem ser adquiridos antecipadamente na sede ou subsede.

Nos dias dos eventos é necessário apresentar a carteirinha de sócio ou documento de identificação com foto, sem isso não será permitida a entrada.

APÓS PRESSÃO DO SINDICATO E FEDERAÇÃO, GESTÃO DA PETROBRÁS ADIA COBRANÇA DO **SALDO DEVEDOR DA AMS**

Após muita pressão dos representantes do Sindipetro-LP e dos dirigentes dos sindicatos que compõem a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), a gestão de RH da Petrobrás enviou um ofício suspendendo novamente a cobrança do saldo devedor da AMS até o dia 30 de novembro. A medida, que já estava em vigor desde 1º de julho de 2023, iria expirar no dia 1º de novembro. A empresa adiou a data na tentativa de chegar a um entendimento com os representantes dos trabalhadores. No documento, os gestores destacam que o saldo devedor não foi liquidado e que a cobrança será retomada “caso as partes não obtenham êxito em uma solução nego-

ciada”. A suspensão abrange também as empresas do sistema Petrobrás.

A FNP e seus sindicatos têm participado ativamente das negociações no Grupo de Trabalho (GT) da AMS para buscar uma solução que ponha fim de uma vez por todas às cobranças excessivas do convênio. A alteração na taxa de coparticipação do plano de saúde tornou-se um grande problema para os petroleiros da ativa, aposentados e pensionistas.

A categoria, que há anos enfrenta reajustes salariais sem aumento real, que não acompanham a realidade econômica do país, e os aumentos expressivos nos custos da AMS, tem tido dificuldades para pagar essa conta. Os mais afe-

tados são os aposentados e pensionistas que sobrevivem com salários cada vez mais defasados e ainda sofrem com descontos elevados em seus contracheques devido aos déficits na Petros.

Equacionamento

A gestão de RH também apresentou um estudo sobre o equacionamento da AMS relativo ao ano de 2022. Na proposta, os representantes da Petrobrás dividiram o montante em seis parcelas, que deverão ser cobradas a partir de dezembro de 2023 e irão até maio de 2024. Os sindicalistas do Sindipetro-LP e da FNP recusaram a “oferta” enquanto o problema do convênio não for resolvido. AAPS foi

criada na ilegalidade e desde que assumiu, lutamos pela reconstrução da AMS, que tem se deteriorado desde abril de 2021, quando houve a mudança na gestão. O convênio vem sendo negligenciado. Para agravar a situação, que já é bastante precária, a Petrobrás e a gestão da AMS não apresentam todos os documentos solicitados pela FNP para verificação de que os custos informados realmente pertencem à categoria ou se incluem outros custos de responsabilidade exclusiva da Petrobrás.

É importante destacar que a FNP e seus sindicatos têm várias ações contra a terceirização do plano de saúde AMS para a APS, as quais ainda estão em fase processual.